

BRUNO BRODBEKIER

**OS DIREITOS FUNDAMENTAIS À INTIMIDADE E À VIDA PRIVADA E AS
PRERROGATIVAS DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Dissertação submetida à Universidade
Metodista de Piracicaba para obtenção do
título de Mestre em direito.

Orientador: Professor Doutor Richard Paulo
Pae Kim

PIRACICABA

2013

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIMEP
Bibliotecária: Luciene Cristina Correa Ferreira CRB-8/8235

B864d Brodbekier, Bruno.

Os direitos fundamentais à intimidade e à vida privada e as prerrogativas de fiscalização da administração tributária. /Bruno Brodbekier. – Piracicaba, SP: [s.n.], 2013.
166 f.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito / Programa de Pós- Graduação em Direito - Universidade Metodista de Piracicaba, 2013.

Orientador: Dr. Richard Paulo Pae Kim.

Inclui Bibliografia

1. Vida privada. 2. Lei Complementar nº 105/01. 3. Capacidade Contributiva. 4. Deveres Fundamentais. I. Kim, Richard Paulo Pae. II Universidade Metodista de Piracicaba. III Título.

CDU 347

BRUNO BRODBEKIER

**OS DIREITOS FUNDAMENTAIS À INTIMIDADE E À VIDA PRIVADA E AS
PRERROGATIVAS DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Direito e aprovada em sua forma final pela Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Metodista de Piracicaba, na área de concentração direitos fundamentais coletivos e difusos.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Doutor Richard Paulro Pae Kim (orientador) Instituição: UNIMEP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Professor Doutor Rui Décio Martins

Instituição: UNIMEP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Professora Doutora Susy Gomes Hoffmann

Instituição: PUC/Campinas

Julgamento: _____

Assinatura: _____

PIRACICABA, 28 DE JUNHO DE 2013

AGRADECIMENTOS

Ao professor doutor Richard Paulo Pae Kim pela orientação tão abalizada, com indicações sempre essenciais ao correto rumo desse trabalho. Seu exemplo como professor e pesquisador do direito servirá de pauta para meu futuro profissional.

Aos meus pais, pela orientação de toda uma vida e pelo constante incentivo aos estudos. Agradeço à minha mãe pela eficiente revisão do texto e por me inculcar a paixão pelo magistério, que me conduziu ao mestrado, no caminho para também formar-me professor. Ao meu pai, por me ensinar desde cedo o gosto pela leitura, hábito que jamais perdi e que me permitiu chegar à vida acadêmica.

Ao meu irmão, pelo apoio de todas as horas, que se repetiu nessa etapa até a revisão final dos trechos em língua estrangeira.

A minha Bia, por ter acompanhado de perto a redação dessa dissertação, me brindando com tanto amor e alegrias, combustível inestimável para me fazer seguir adiante.

Agradeço também aos colegas de mestrado, pela amizade desenvolvida durante a assimilação da doutrina dos direitos fundamentais; Artur Soares de Castro, sou grato pela companhia na pesquisa dos direitos da privacidade, cerne essencial desse trabalho; Valdir Malanche Junior, pelo companheirismo durante todo o mestrado. Aos amigos Álvaro Luiz Palácio Torres, Ana Carolina Squizzato e Eduardo Fortunato Bim, agradeço a total disponibilidade em esclarecer minhas muitas dúvidas.

Agradeço, por fim, a todos os professores e funcionários da Universidade Metodista de Piracicaba que também tiveram participação nessa minha jornada.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado investiga o conflito entre os direitos fundamentais da intimidade e da vida privada, com outros princípios constitucionais que a Administração Tributária deve concretizar através dos mecanismos de fiscalização disponibilizados pela Lei Complementar nº 105/01. O trabalho está apoiado em bases doutrinárias e jurisprudenciais, para apresentar as ponderações realizadas pelos Tribunais pátrios sobre o embate de princípios constitucionais objeto da análise. A pesquisa se inicia pelo exame do conceito e âmbito de proteção dos direitos fundamentais envolvidos e sobre a polêmica acerca da necessidade de prévia autorização judicial para sua relativização. Para demonstrar o correto tratamento do tema sensível pelo legislador, será analisada com detença a lei complementar e seus regulamentos, traçando um paralelo com as normas do direito comparado. A responsabilidade comunitária dos indivíduos e o os deveres fundamentais serão os primeiros argumentos apresentados para justificar a intervenção nos direitos da privacidade. O trabalho conta ainda com uma análise dos princípios constitucionais que serão atendidos pelos procedimentos fiscalizatórios criados por lei: o princípio da capacidade contributiva, enquanto garantia da justiça fiscal, o poder-dever de fiscalização, a eficiência e transparência na Administração e a proteção à livre concorrência. A dissertação será encerrada com uma breve análise das bases teóricas para as restrições aos direitos fundamentais, indicando os limites dessa intervenção, governados pelo princípio da proporcionalidade. Enfim, será apresentada a solução para o conflito inicialmente desenhado, para a qual será utilizada a técnica de ponderação desenvolvida por Robert Alexy.

PALAVRAS-CHAVE

Vida privada. Lei Complementar nº 105/01. Capacidade Contributiva. Ponderação de Princípios.

ABSTRACT

This thesis studies the conflict between the fundamental rights of intimacy and private life with other constitutional principles that the Tax Administration should realize through the enforcement mechanisms provided by Complementary Law n° 105/01. The thesis is supported by doctrinal and jurisprudential bases, to present the principles balancing performed by the national Courts about the clash of constitutional principles object of analysis. The research begins by examining the concept and scope of protection of fundamental rights involved and the controversy about the need for prior judicial authorization for their relativization. The Complementary Law and its regulations will be carefully analysed to demonstrate the correct treatment of this sensitive issue by the legislature, and will be drawn a parallel with foreign legislation. The communal responsibility of individuals and fundamental duties will be the first arguments to justify intervention in the rights of privacy. I will be presented, as well, an analysis of the constitutional principles which will be attended by fiscal procedures established by law: the ability to pay, as a guarantee of the fairness of the tax system; the power of tax inspection; the principles of efficiency and transparency in Public Administration; and the protection of free competition. The dissertation will conclude with a brief analysis of the theoretical basis for restrictions on fundamental rights, the limits of this intervention, ruled by the proportionality principle. Ultimately, will be presented the solution for the conflict initially designed, which will be based on the technique of balancing developed by Robert Alexy.

KEY-WORDS

Privacy. Complementary Law n° 105/01. Ability to pay. Principles Balancing

RESUMEN

Esta tesis investiga el conflicto entre los derechos fundamentales de la intimidad y de la vida privada con otros principios constitucionales que la Administración Tributaria debe realizar a través de los mecanismos de ejecución previstos en la Ley Complementaria n° 105/01. El trabajo esta fundamentado en las bases doctrinales y jurisprudenciales, para presentar las ponderaciones realizadas por los Tribunales de la patria sobre el choque de principios constitucionales objeto de análisis. La investigación empieza por examinar el concepto y el alcance de la protección de los derechos fundamentales involucrados y la controversia acerca de la necesidad de una autorización judicial previa para su relativización. Para demostrar el correcto tratamiento de la delicada cuestión por la legislatura, serán analizados cuidadosamente la Ley Complementaria y sus reglamentos, estableciendo un paralelo con las reglas del derecho comparado. La responsabilidad común de los individuos y los deberes fundamentales serán los primeros argumentos para justificar la intervención en los derechos de la privacidad. El trabajo presenta un análisis de los principios constitucionales que serán atendidos por procedimientos de fiscalización establecidos por ley: el principio de capacidad de pago, como garantía de justicia fiscal; el poder y el deber de vigilancia fiscal; la eficiencia y la transparencia en la Administración Pública; y protección de la libre competencia. La tesis concluye con un breve análisis de las bases teóricas de las restricciones a los derechos fundamentales, los límites de esta intervención, regidas por el principio de la proporcionalidad. Al final, se presentará la solución para el conflicto inicialmente diseñado, con base en la técnica de ponderación desarrollado por Robert Alexy.

PALABRAS-CLAVE

Vida privada. Ley Complementaria n° 105/01. Capacidad de pagar. Ponderación.